
CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO – CTAP
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 63ª REUNIÃO

Local: SEPN – Quadra 505 – Bloco B – Av. W3 Norte – Ed. Marie Prendi Cruz – Brasília - DF.

Data: 26 de junho de 2008 – a partir das 10h

REPRESENTANTES:

- Ministério do Meio Ambiente/SRHU: Conselheiro Márley Caetano de Mendonça (marley.mendonca@mma.gov.br);
- Ministério do Meio Ambiente/ANA: Flávio Troger (troger@ana.gov.br);
- Ministério dos Transportes: Fred Crawford Prado (fred.crawford@transportes.gov.br);
- Ministério da Saúde: ausência;
- Ministério da Integração Nacional: Paulo Roberto Soares Jr (paulorsjunior@yahoo.com.br);
- Ministério da Defesa: ausência;
- Ministério de Minas e Energia: Adriano Jerônimo da Silva (adriano.silva@mme.gov.br);
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Rodrigo Roubach (roubach@seap.gov.br);
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos-DF/GO: ausência;
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos-BA/CE: Vitor Luiz Curvelo Sarno – SRH-BA (diretor.adjunto@srh.ba.gov.br);
- Concessionárias: Valdeci Goulart (valdeci.goulart@aes.com);
- Pescadores, Turismo e Lazer: Wilson de Azevedo Filho (azfilho@hotmail.com);
- Irrigantes: ausência;
- Comitês de Bacias Hidrográficas: ausência;
- Consórcios e Associações Intermunicipais: Conselheira Sívia Freedman Ruas Durães (silviaruas@redelago.com.br);
- Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Marco Aurélio Holanda de Castro (marco@ufc.br);
- Organizações Não Governamentais: Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (laurajmc.ea@gmail.com).

DEMAIS PRESENTES:

- Andrea Figueiredo – MME (andrea@mme.gov.br);
- Eveny Araújo – ELABORE (eveny.araujo@elabore.com.br);
- Flávio Ladeira Luchesi – CNEC (flavio.luchesi@cenec.com.br);
- Irineu Bianchini Jr – UFSCAR (irineu@ufscar.br);
- João Clímaco Soares – Conselheiro – ONG (climaco@uai.com.br);
- José Rodrigues dos Reis – CBA (jose.rodrigues.aluminiocba.com.br);
- Kalil Farran – CNEC (kalil.farran@cenec.com.br);
- Luciano Jensen Vaz – UFSCAR (jensenlv@yahoo.com.br);
- Martha Regina Von Borstel Sugai – COPEL (martha.sugai@copel.com);
- Michelle Parra – MME (michelle.souza@mme.gov.br);
- Paulo Ferreira Loreto Neto – (loreto.neto@globo.com.br);
- Raul Silva Telles do Valle – Inst. Socioambiental (raul@socioambiental.org.br);
- Roberto Alves Monteiro – MMA (roalmonete@ig.com.br);
- Ronaldo Luís Crusco – CNEC (ronaldo.crusco@cenec.com.br);
- Vinicius Calhao – ABIAPÉ (vinicius@abiape.com.br).

RELATORIA:

- Aureliano César Martins Silva – SRHU/MMA (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Item 1 – Abertura. No dia 26 de junho de 2008, com início às 10h, a Câmara Técnica de Análise de Projeto – CTAP realizou a 63ª reunião, em Brasília/DF, convocada há 12 dias, sob a

51 presidência do **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça (SRHU)**, tendo como relator o **Sr.**
52 **Aureliano César Martins Silva**, da Secretaria Executiva do CNRH. Na apresentação dos
53 presentes, o **Sr. Marco Aurélio Holanda (OTEP)** registrou a improvisação e o desconforto do
54 local destinado à reunião. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** justificou e afirmou
55 que estão sendo tomadas as medidas necessárias para a solução dos problemas. **Item 2 –**
56 **Aprovação da Ata - 62ª Reunião CTAP.** O **Sr. Fred Crawford (MT)** enviou as solicitações de
57 correções nas linhas 59, 64, 78, 80, 94, 95 e 188, antecipadamente por email, que após a leitura
58 foram acolhidas pela CTAP. A **Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (ONG)** solicitou
59 correções na grafia de seu nome em todas as citações da ata e foi atendida. O **Sr. Flávio Troger**
60 **(ANA)** sugeriu a retirada dos anexos 1 e 3. Houve debate e o consenso foi no sentido de manter
61 os anexos em arquivos separados do corpo da ata. A **Sra. Martha Sugai (Concessionárias)**
62 sugeriu a substituição do termo “*obrigatoriedade de construção*” por “*previsão de projeto*” na
63 linha 68. O **Conselheiro João Clímaco (ONG)** observou que as atas estariam muito sucintas,
64 sem demonstrar a riqueza dos debates, não contemplando as preocupações externadas pela
65 sociedade civil em diversas manifestações. Foi esclarecido sobre a recomendação emanada da
66 reunião dos Presidentes de Câmaras Técnicas e orientado no sentido de encaminhar
67 antecipadamente, por email, as alterações que julgar necessárias. O **Sr. Fred Crawford (MT)**
68 julgou pertinente a observação e sugeriu uma redação que encontre o ponto de equilíbrio e o
69 bom senso. Após as manifestações a Ata da 62ª Reunião da CTAP foi aprovada pela maioria,
70 com as alterações solicitadas e abstenção da representante das ONG. **Item 3 – Relato sobre a**
71 **tramitação da Proposta de Resolução sobre a Regulamentação do Inciso II, Art. 35, da Lei nº**
72 **9.433/97 na CTIL.** O **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** informou que a
73 CTIL iniciou a discussão dessa proposta na 101ª reunião. Destacou que foram apresentadas
74 sugestões para a melhoria do texto, sem alteração do mérito e que a conclusão dessa matéria
75 deverá ocorrer na 102ª reunião marcada para os dias 01 e 02 de julho. **Item 8 – Relato do GT-**
76 **Eclusas.** O **Sr. Fred Crawford (MT)** noticiou que o PLV nº 10/2008 fora aprovado no
77 Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República, com veto ao art. 5º, em atenção
78 às recomendações de vários ministérios. Informou a não realização da reunião entre o MME/EPE
79 e o MT/DNIT, por falta de agenda dos participantes, para analisar a avaliação ambiental
80 integrada para o rio Teles Pires. Disse que os encaminhamentos do GT-Eclusas foram: a)
81 solicitar à CTAP que convide a EPE para apresentação da avaliação integrada; b) convidar
82 também o MME para apresentação do Manual de Inventário do Setor Elétrico; e c) marcar a 4ª
83 reunião do GT para o próximo dia 15/7, para discutir preliminarmente essas apresentações, bem
84 como iniciar a análise das propostas sobre o PL nº 3009/97 e o planejamento integrado entre os
85 setores hidrelétrico e hidroviário. Após o relato, a **Sra. Martha Sugai (Concessionárias)**
86 questionou se, entre as competências do GT-Eclusas, estabelecidas na 62ª reunião da CTAP,
87 seria pertinente ou viável a realização do item “*a) analisar e propor a atualização e*
88 *compatibilização dos planos hidroviário e hidrelétrico, considerando os usos múltiplos da*
89 *água*”. Disse que existem dois planos: o Plano Decenal de Energia e o Plano Nacional de Viação
90 e que gostaria de entender o que significa a atribuição dada ao GT-Eclusas. O **Sr. Fred**
91 **Crawford (MT)** esclareceu que isso foi o consenso formado no GT, após as primeiras
92 discussões, e que coube à câmara técnica ratificar essa posição, que ficaria mais clara após as
93 apresentações sugeridas para a próxima reunião. O **Conselheiro João Clímaco (ONG)** entendeu
94 que o trabalho do GT está sendo desenvolvido de acordo com as competências estabelecidas,
95 com o propósito de subsidiar a CTAP e o CNRH na deliberação dessa questão, com a proposição
96 de diretrizes para o atendimento dos usos múltiplos, estabelecidos na Lei nº 9433/97. O
97 **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** sugeriu, como encaminhamento da
98 CTAP, que a avaliação dessa matéria, quanto à possibilidade de execução, fosse realizada pelo
99 próprio GT-Eclusas e que também fosse convidada para próxima reunião, a área do MMA
100 responsável pela avaliação ambiental integrada. O **Sr. Fred Crawford (MT)** esclareceu que a
101 solicitação do GT foi em relação ao planejamento integrado entre os dois setores e não a
102 avaliação ambiental integrada em andamento no setor elétrico, mas não teria objeções quanto ao

103 convite ao MMA. Houve consenso quanto às propostas do GT-Eclusa, no sentido de convidar a
104 EPE e o MME para as apresentações, além da área do MMA responsável pela avaliação
105 ambiental integrada, para participar da reunião. **Item 4 – Relato e discussão sobre a tramitação da**
106 **Proposta de Resolução sobre a Regulamentação do Inciso III, Art. 35, da Lei nº 9.433/97 na**
107 **CTPOAR.** O **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** recapitulou o
108 encaminhamento da proposta de resolução à CTPOAR, para análise dos artigos 2º, 3º e 5º, afetos
109 a essa câmara técnica. Leu e comentou as questões apresentadas pela Câmara de Outorga,
110 extraídas da minuta de ata ainda não aprovada e ainda não formalizadas à CTAP pela CTPOAR.
111 Disse que a questão central levantada pela CTPOAR prendeu-se ao mérito da definição de quais
112 projetos seriam objeto de encaminhamento ao CNRH para deliberação, porque a demais
113 observações seriam correções de redação ou interpretações equivocadas da proposta, que
114 poderiam ter sido esclarecidos, caso tivesse ocorrida uma apresentação da proposta à CTPOAR,
115 não realizada pela impossibilidade de seu comparecimento devido a uma reunião com o novo
116 Secretário da SRHU, na mesma data e horário da reunião da CTPOAR. Consultou se poderia
117 abrir a discussão da matéria ou se seria melhor esperar a comunicação formal da CTPOAR. O
118 **Sr. Flávio Troger (ANA)** observou que a proposta já estaria pautada para a próxima reunião da
119 CTIL e disse que houve uma reunião interna na ANA para discutir esse assunto, concluindo pela
120 manifestação de preocupação com a proposta e com a discordância da mesma, posição já
121 manifestada pelo representante da Agência na CTPOAR. O **Sr. Fred Crawford (MT)** disse que
122 dependeria da disponibilidade de tempo na pauta da CTAP. O **Conselheiro Márley Caetano de**
123 **Mendonça (SRHU)** respondeu que o agendamento na CTIL fora uma previsão, entretanto como
124 não houve o retorno da CTPOAR e conseqüentemente também não houve conclusão na CTAP,
125 esse agendamento estaria prejudicado. Em relação à discordância da ANA, disse que o
126 representante da Agência foi consultado e concordou com a pertinência da proposta, pautada de
127 comum acordo na CTAP. A **Sra. Martha Sugai (Concessionárias)** afirmou que a proposta não
128 deveria continuar enquanto não houver a definição do que seria “*projetos de aproveitamento de*
129 *recursos hídricos que extrapolem o âmbito do estado*”, porque qualquer captação de água de 100
130 l/s enquadra-se nessa definição e poderia paralisar o sistema de outorga. Sugeriu também
131 resgatar as informações anteriores sobre esse tema no CNRH antes de prosseguir a discussão
132 sobre o assunto. Lembrou que o CNRH não é operacional e que as questões do dia a dia
133 deveriam ser resolvidas pelos órgãos gestores. O **Conselheiro João Clímaco (ONG)** alertou que
134 nenhum normativo poderia impedir o encaminhamento de questões demandadas pelos
135 conselheiros e que percebe uma burocratização do processo que poderia macular a autonomia
136 dos representantes dos diversos segmentos em trazer questões para o CNRH. Por fim, houve
137 consenso no sentido de aguardar o posicionamento formal da CTPOAR e pautar a discussão da
138 matéria para a próxima reunião. **Item 5 – Informes sobre o andamento do processo de**
139 **fiscalização da outorga da UHE-Estreito (Resposta da ANA ao Ofício nº 07/2008/CTAP).** O **Sr.**
140 **Flávio Troger (ANA)** informou que a ANA encaminhou as respostas às demandas da CTAP por
141 meio do Ofício nº 635/2008, de 24/06/2008 (Anexo 1), cujos parágrafos de 1 a 5 leu em inteiro
142 teor. Na discussão do assunto, o **Sr. Paulo Loreto (AABE)** solicitou cópia do ofício por detectar
143 desencontro de informações em algumas questões que merecem cuidado especial, como o caso
144 da outorga ou “*reoutorga*”, que tem sido objeto da motivação de decisões oficiais, tanto na
145 primeira instância quanto no TRF. O **Conselheiro João Clímaco (ONG)** apoiou o antecessor e
146 informou o recebimento de correspondência oficial onde constam termos como “*reoutorga*” e
147 “*relicenciamento*”, que na realidade referem-se a outros procedimentos. Disse que remeteu esse
148 documento ao MP/MA para verificar qual a estratégia a ser adotada em relação à ANA, para que
149 os atingidos pela barragem tenham uma integração maior de informação. O **Sr. Fred Crawford**
150 **(MT)** referiu-se ao parágrafo 4, que trata da previsão declusas, para afirmar que a ANA estaria
151 equivocada em seu entendimento, no caso da Barragem de Estreito. Disse que estaria havendo
152 confusão entre a implantação de hidrovias e a obstacularização das três navegações, uma federal
153 e duas estaduais, existentes no local antes da barragem, e que o CNRH deveria solicitar à ANA
154 que reconsidere essa posição, no sentido de tratar o assunto como mitigação de impacto,

155 fiscalizando e exigindo do empreendedor energético a reparação do prejuízo causado. O
156 **Conselheiro João Clímaco (ONG)** corroborou a manifestação anterior e externou insatisfação
157 com a resposta apresentada por revelar uma idéia de imutabilidade da outorga, que nenhuma
158 resolução do CNRH poderia alterar, contrariando a própria legislação de recursos hídricos, como
159 as Resoluções nºs 16 e 37 do CNRH. O **Sr. Wilson Azevedo (Pescadores, Turismo e Lazer)**
160 concordou com o antecessores e solicitou esclarecimentos sobre os tempos e movimentos dos
161 processos de outorga da ANA e de licitação do potencial hidráulico da ANEEL. Perguntou
162 ainda sobre a competência da ANA para analisar o projeto após a emissão da reserva de
163 disponibilidade hídrica. Disse que o entendimento dessa questão seria fundamental para avaliar a
164 resposta da ANA. Sugeriu a realização de apresentações sobre todo o processo que viabiliza a
165 construção de uma barragem, envolvendo todos os passos legais a serem dados pelos órgãos
166 públicos ANA, ANEEL e IBAMA, com rebatimento nos casos de Estreito e Tijuco Alto. A
167 **Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (ONG)** observou que o processo compõe-se pelas
168 licenças prévia-LP, de instalação-LI e de operação-LO e que as condicionantes estabelecidas na
169 LP deveriam ser atendidas antes da emissão da LI e assim sucessivamente. O **Sr. Fred**
170 **Crawford (MT)** informou que em próxima reunião da CTAP apresentará uma proposta de
171 moção para que o Plenário do CNRH recomende à ANA a mudança de postura em relação à
172 navegação existente na região de Estreito e exija do empreendedor a mitigação do impacto
173 causado pela construção da barragem. O **Sr. Paulo Loreto (AABE)** observou que muitos
174 assuntos já foram discutidos na CTAP. Disse que o foco principal da questão seria o
175 descumprimento da legislação, no tocante ao atendimento dos usos múltiplos e das
176 condicionantes ambientais, sem que as autoridades responsáveis tomem as devidas providências
177 e solicitou objetividade nas intervenções. A **Sra. Andrea Figueiredo (MME)** lembrou que essas
178 apresentações já ocorreram na CTAP e seriam desnecessárias. Houve manifestações pró e contra.
179 O **Sr. Roberto Monteiro (MMA)** esclareceu que as licenças são os documentos finalísticos que
180 autorizam os empreendimentos, diante do pressuposto de existência de planejamento, plano de
181 bacia, projetos, enquadramento e demais condicionantes, complementadas pelos instrumentos
182 reserva de disponibilidade hídrica e outorga. O **Sr. Marco Aurélio Holanda (OTEP)** enfatizou
183 que essas questões, como asclusas, deveriam ser resolvidas no momento do licenciamento e
184 outorga, deixando claro para os empreendedores quais as obrigações que estariam assumindo
185 após o processo licitatório. Disse que na forma atual estaríamos procurando consertar problemas
186 gerados no início do processo. Enfatizou que o papel da CTAP seria propor, doravante, medidas
187 e normas claras para evitar esses problemas. O **Sr. Flávio Troger (ANA)** disse que não poderia
188 responder os questionamentos apresentados. Ressaltou a existência do processo administrativo
189 sobre a outorga da UHE-Estreito, no âmbito da ANA, e informou que as dúvidas e solicitações
190 de esclarecimentos sobre o assunto deveriam ser formalizados à Diretoria da ANA. Por fim,
191 houve consenso no sentido de convidar a ANA e a ANEEL para apresentarem, na próxima
192 reunião, de forma geral e didática, como se dá a análise e autorização dos processos, no âmbito
193 de cada entidade, e estender o convite ao IBAMA para participar da reunião. Às 12h30 os
194 trabalhos foram interrompidos para o almoço. No retorno, às 13h55, acordou-se pela
195 apresentação dos itens 6 e 7 em conjunto e posterior discussão das respostas. **Item 6 –**
196 **Apresentação de resposta, pela Agência Nacional de Águas-ANA, ao Ofício nº 06/2008/CTAP**
197 **sobre a outorga do projeto de Tijuco Alto.** Dando seqüência às respostas da ANA aos
198 questionamentos apresentados pela CTAP, o **Sr. Flávio Troger (ANA)** leu os parágrafos 5 a 7
199 do Ofício nº 635/2008, de 24/06/2008 (Anexo 1) e colocou-se a disposição para esclarecimentos.
200 **Item 7 – Apresentação de resposta, pela Companhia Brasileira de Alumínio-CBA, ao Ofício nº**
201 **09/2008/CTAP sobre o projeto de Tijuco Alto.** O **Sr. Ronaldo Crusco (CBA)** agradeceu o
202 convite da CTAP e encaminhou a Carta, de 23/06/2008 (Anexo 2), à Presidência da CTAP, bem
203 como informou que as respostas apresentadas iriam além dos questionamentos apresentados pelo
204 Instituto Socioambiental-ISA. Nesse contexto foram realizadas três apresentações. A primeira,
205 pelo próprio Sr. Ronaldo Crusco, abordou a localização, aspectos geográficos e sócio-
206 econômicos e as características técnicas gerais do projeto. Fez um um breve histórico do

207 empreendimento e dos documentos apresentados, destacando os seguintes pontos: o
208 indeferimento do processo de licenciamento do projeto original, em setembro/2003, devido ao
209 tempo transcorrido desde o início do projeto, em 1988, e às alterações na realidade sócio-
210 econômica da região; o início de um novo processo de licenciamento em fevereiro de 2004, com
211 a elaboração de outro EIA, protocolado no IBAMA em outubro de 2005; a apresentação de um
212 novo projeto com pequenas modificações em relação ao anterior e a realização de cinco
213 audiências públicas. Disse que em fevereiro/2008 o IBAMA concluiu favoravelmente a análise
214 do novo processo, com o estabelecimento de três condicionantes para a emissão da LP: o
215 pronunciamento da ANA sobre a outorga de direito de recursos hídricos, cuja análise encontra-se
216 em andamento, conforme apresentado nesta reunião na leitura do Ofício nº 635/2008;
217 pronunciamento do IBAMA sobre a necessidade ou não de mais audiências públicas – o IBAMA
218 considerou válidas as cinco realizadas, não havendo necessidade de outras; a questão de cunho
219 legal relativa ao decreto que rege a defesa do patrimônio espeleológico, que encontra-se em
220 análise na Procuradoria Jurídica do IBAMA. Na segunda apresentação, o **Sr. Flávio Luchesi**
221 **(CNEC/CBA)** discorreu sobre as vazões a jusante do barramento, destacando dois momentos
222 distintos: no período de enchimento do reservatório haveria uma redução média de 14% na vazão
223 e após o enchimento do reservatório a operação da usina seria praticamente a fio d'água, com um
224 deplecionamento máximo de cinco metros. Esclareceu que, em condições naturais, o rio já
225 apresenta variações superiores a 14% em 76% do tempo e que o impacto final na vazão da voz
226 do rio seria menor que 1%. Negou impactos como a reversão do rio Juquiá, entre outros pontos.
227 Na terceira apresentação, o **Sr. Irineu Bianchini (UFSCAR)** abordou a qualidade da água,
228 apresentando os resultados das análises sobre a presença de metais como cádmio e chumbo, com
229 concentrações abaixo dos parâmetros estabelecidos na legislação. Sobre o processo de
230 eutrofização, afirmou, que poderia ocorrer durante o período de enchimento e que todas as
231 medidas de prevenção e reversão desse fato, como desmatamento (60%) e limpeza (90%) da área
232 inundada, estariam previstas na execução do projeto. Sobre instalação de estação de tratamento
233 de esgoto, disse que, pelos estudos de qualidade de água, não haveria interferência com a
234 diluição de esgotos em Ribeira e Adrianópolis, pois estes centros urbanos, que representam a
235 maior parte da geração desses efluentes, estão a jusante da barragem. Para outros centros urbanos
236 afirmou que também não haveria impacto por já serem dotados de estação de tratamento ou pela
237 geração de baixas cargas. Na discussão do assunto, a **Conselheira Laura Jesus de Moura e**
238 **Costa (ONG)** questionou os seguintes pontos: nos estudos apresentados não foi considerado o
239 volume de água do aquífero karst; a ANA não poderia validar a outorga emitida pelo DNAEE há
240 vinte anos, após o indeferimento do primeiro processo de licenciamento; na abertura do novo
241 processo de licenciamento, da elaboração de novo EIA e das alterações no projeto básico haveria
242 necessidade de nova outorga, respeitando os usos múltiplos atuais; a análise da qualidade da
243 água, especialmente em relação à concentração de chumbo não recebeu tratamento correto
244 porque não seria classe 2; nos estudos de vazão não foram considerados os impactos rio abaixo.
245 O **Sr. Marco Aurélio Holanda (OTEP)** discordou da classificação de escoamento turbulento
246 por ser um regime hidráulico de difícil ocorrência nesse rio, pelas suas características, além de
247 “desfavorecer” a decomposição. Questionou também os gráficos de vazão que demonstram
248 fluxos idênticos antes e após a construção da barragem, que considerou pouco provável. O **Sr.**
249 **Raul do Valle (ISA)** apontou contradições no projeto como: a adoção do critério de 50% da
250 $Q_{7,10}$ no estudo das vazões, e não a análise efetiva deste caso concreto; o deplecionamento de
251 cinco metros no reservatório insuficiente para conter as cheias ou manter a vazão. O **Sr. Luciano**
252 **Jensen (UFSCAR)** apontou problemas na produtividade pesqueira, por meio de parecer (Anexo
253 3) com gráfico comparativo entre os desembarques mensais de manjuba no período de 1998 a
254 2008 e a alteração da vazão do rio. Ao retornar a palavra aos apresentadores para responderem
255 aos questionamentos apresentados, o **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça (SRHU)**
256 informou que devido à necessidade de se dirigir ao aeroporto para embarcar em voo para
257 Campinas com o intuito de participar de reunião no Comitê PCJ, necessitaria ausentar-se e,
258 conforme estabelecido no Regimento Interno do CNRH, deveria indicar seu substituto para

259 prosseguir na coordenação dos trabalhos. Após consulta prévia, indicou o **Sr. Fred Crawford**
260 **(MT)** para assumir a Presidência da CTAP. A **Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa**
261 **(ONG)** protestou dizendo que teria questões a apresentar e que a reunião ficaria prejudicada,
262 pelo atraso ocorrido no início e com a retirada do Presidente no momento de discutir e
263 encaminhar o assunto. O **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** respondeu que
264 estaria garantida a continuidade dos trabalhos ao passar a condução ao **Sr. Fred Crawford**
265 **(MT)**, que aceitou desde que não houvesse objeção dos presentes. A **Conselheira Laura Jesus**
266 **de Moura e Costa (ONG)** continuou protestando, voltou a discordar da validação da outorga
267 pela ANA e mostrou-se horrorizada com o que considerou inaceitável: a possibilidade de revisão
268 do decreto que rege a defesa do patrimônio espeleológico, para beneficiar o empreendedor de
269 Tijuco Alto. O **Sr. Fred Crawford (MT)** assumiu a condução dos trabalhos e retornou a palavra
270 aos apresentadores para responderem às questões apresentadas. O **Sr. Ronaldo Crusco (CBA)**
271 disse ter conhecimento do parecer da UFPR anexado ao novo processo de licenciamento, cujas
272 conclusões seriam diferentes das apresentadas pelo Sr. Luciano Jensen (UFSCAR). Solicitou
273 que, se houvesse uma nova versão do parecer, gastaria de recebê-la para análise. Quanto ao
274 critério Q_{7,10}, disse que todos traduzem volume/tempo e que este foi utilizado para os cálculos
275 em todos os trechos do rio, para a definição das necessidades de todos os usos da bacia. Em
276 relação à alteração do decreto disse que a CBA encaminhou um parecer à Procuradoria Jurídica
277 do IBAMA, demonstrando a viabilidade legal do projeto de Tijuco Alto, mesmo com o decreto
278 vigente e que a idéia de alteração partiu do próprio governo devido às situações de vários
279 empreendimentos no Brasil. Respondeu todas as demais questões levantadas, tecendo
280 comentários sobre as peculiaridades locais no trecho a jusante da barragem, assim como as
281 medidas adotadas para solução de problemas encontrados e concluiu afirmando que as alterações
282 feitas no projeto resultaram na sua melhoria. O **Sr. Fred Crawford (MT)** agradeceu a
283 participação dos representantes do empreendedor e expôs seu entendimento a respeito desse
284 empreendimento. Destacou o atendimento dos usos múltiplos, como a geração de energia, a
285 contenção de cheias e a manutenção da vazão para a atividade pesqueira, esclarecendo que pesca
286 é uso de recurso hídrico e que peixe é ictiofauna, assim como enfatizou a necessidade de uma
287 ação proativa da ANA, na análise da outorga emitida pelo extinto DNAEE para o
288 empreendimento em questão, e na revisão da sua Resolução nº 131/2003, principalmente no que
289 tange ao artigo 7º. A reunião prosseguiu até que o **Sr. Raul do Valle (ISA)** propôs uma
290 recomendação da CTAP à ANA no sentido de que sejam considerados os usos múltiplos na
291 definição da vazão de operação e na revisão da outorga. Denunciou a falta de estudos
292 importantes a serem considerados pela ANA, como o de correlação entre vazão e produtividade
293 pesqueira e o de presença de macrófitas. O **Sr. José Rodrigues (Diretor da CBA)** disse que
294 desde 2001 vem respondendo que os estudos existem e estão anexos ao processo de
295 licenciamento à disposição dos interessados para consulta. Refutou esse tipo de manifestação
296 pela reputação da empresa que representa. A **Sra. Andrea Figueiredo (MME)** sugeriu focar a
297 discussão nas questões pertinentes ao CNRH, aproveitando a presença dos especialistas do
298 empreendedor. O **Sr. Fred Crawford (MT)** retomou a palavra e observou que a falta de quorum
299 impossibilitaria os encaminhamentos propostos. Sugeriu que as manifestações fossem registradas
300 em ata para a retomada do assunto na próxima reunião e concedeu a palavra ao representante da
301 CBA para as considerações finais. O **Sr. José Rodrigues (Diretor da CBA)** agradeceu o convite
302 e destacou que todas as questões levantadas nesta reunião vêm sendo repetidas desde as
303 audiências públicas. Afirmou que essas questões estão totalmente respondidas e que os
304 documentos encontram-se anexados no EIA/RIMA e no processo de licenciamento. Colocou-se
305 à disposição para novos esclarecimentos e recomendou aos representantes da sociedade civil que,
306 ao receberem as demandas das bases, transmitam essas informações. O **Sr. Ronaldo Crusco**
307 **(CBA)** justificou a necessidade de se ausentar e elogiou a forma democrática do trabalho na
308 câmara técnica. A **Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (ONG)** registrou
309 descontentamento pela falta de conclusão do assunto e a impossibilidade de encaminhamento das
310 questões aos responsáveis, o que considerou perda de tempo. Observou que a outorga de 1988

311 refere-se à geração de energia para uso exclusivo da CBA e se essa energia passar a integrar o
312 sistema nacional, considera que houve alteração da outorga, havendo necessidade de revisão. O
313 **Sr. Raul do Valle (ISA)** enfatizou que o parecer técnico do IBAMA em nenhum momento
314 aborda a questão da vazão e que ANA também não estaria abordando essa questão,
315 recomendando atenção para este ponto. A **Sra. Andrea Figueiredo (MME)** registrou
316 preocupação com o desinteresse dos membros da CTAP, com o esvaziamento da reunião,
317 inclusive com a saída do Presidente, em detrimento do bom andamento dos trabalhos, fato já
318 registrado nas atas anteriores. O **Sr. Fred Crawford (MT)** registrou a necessidade de dois dias
319 para a próxima reunião em face ao acúmulo de matérias a serem discutidas e sugeriu que a
320 retomada desta matéria seja o primeiro item da próxima pauta, após a aprovação da ata.
321 Finalmente, lembrou aos presentes que formalizem seus questionamentos à CTAP ou
322 diretamente aos destinatários para conclusão dos encaminhamentos na próxima reunião. **Item 9 –**
323 **Assuntos Gerais.** Não houve. **Item 10 – Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Fred**
324 **Crawford (MT)** agradeceu a todos pela presença e encerrou a 63ª Reunião da CTAP às 16h30.

325 **ATA APROVADA NA 64ª REUNIÃO, EM 23 e 24 DE SETEMBRO DE 2008**

Márley Caetano de Mendonça
Presidente

Fred Crawford Prado
Presidente Substituto

Aureliano César Martins Silva
Relator